

## **DEIXEMO-NOS GUIAR PELA BASE!:**

A funcionalidade performática da BNCC e a produção de professores

*João Paulo Lopes dos Santos*

### **Resumo**

O objetivo do texto é apresentar a Base Nacional Comum Curricular como instrumento performático de governança influenciado pelos princípios de mercado. Aqui, ela é tomada como mecanismo de produção de professores/as. Assim questiona-se: de que forma a política da Base age produzindo docentes e orientando suas práticas? O argumento baseia-se no seu caráter performático; uma política de governança que tenta conduzir condutas para determinado fim: competência, responsabilidade e qualidade. Metodologicamente, opera-se com a noção de performatividade em Ball (2014) e governamentalidade em Foucault (2011). Os dados foram gerados a partir de narrativas de estudantes do curso de Pedagogia de uma instituição privada de Ensino Superior. Os resultados mostraram que os/as estudantes assumem a Base como única via para se tornarem competentes, melhores e eficientes. E assim ela os/as produz guiando suas práticas, seus modos de ser e estar no mundo, seus fazeres pedagógicos sob a insígnia da qualidade da educação.

**Palavras-chave:** bncc; performatividade; produção de professores/as.

## **LET US GUIDE BY THE BASE!:**

BNCC's performative functionality and the production of teachers

### **Abstract**

The purpose of the text is to present the National Curriculum Common Core as a performance instrument of governance influenced by market principles. Here, it is taken as a mechanism for the production of teachers. So it is questioned: how does the policy of the Base act by producing teachers and guiding their practices? The argument is based on its performative character; a governance policy that attempts to conduct behaviors towards a certain end: competence, responsibility and quality. Methodologically, it operates with the notion of performativity in Ball (2014) and governmentality in Foucault (2011). The data were generated from the of students' narratives of the Pedagogy course of a private institution of Higher Education. The results showed that students assume the Base as the only way to become competent, better and efficient. And so it produces them, guiding their practices, their ways of being and being in the world, their pedagogical practices under the banner of education quality.

**Keywords:** bncc; performativity; production of teachers.

## **¡DEJEMOS GUIARNOS POR LA BASE!:**

La funcionalidad performativa de la BNCC y la producción de docentes

### **Resumen**

El texto tiene como objetivo presentar la Base Común Curricular Nacional como instrumento performativo de la gobernanza influida por principios de mercado. Aquí, ella es tomada como un mecanismo para la producción de profesores. Pues se cuestiona: ¿cómo actúa la política de la Base al producir docentes y orientar sus prácticas? El argumento se basa en su carácter performativo; una política de gobernanza que pretende conducir la conducta para um certo propósito: competencia, responsabilidad y calidad. Metodológicamente trabajo con la noción de performatividad en Ball (2014) y de gubernamentalidad en Foucault (2011). Los datos fueron generados a partir de las narrativas de estudiantes del curso de Pedagogía de una institución privada de Educación Superior. Los resultados mostraron que los estudiantes asumen la Base como el único camino para volverse competentes, mejores

y eficientes. Y así los produce, orientando sus prácticas, sus formas de ser y estar en el mundo, sus actividades pedagógicas bajo la bandera de la educación de calidad.

**Palabras clave:** bncc; performatividad; producción de maestros.

## INTRODUÇÃO

A política da Base Nacional Comum Curricular - BNCC tornou-se, nos últimos anos, elemento central no bojo dos debates sobre políticas educacionais. Ela, por apresentar características singularmente prescritivas ou normativas, é mecanismo para uma suposta reorganização dos currículos, do conhecimento, do fazer e das práticas pedagógicas com propósitos de melhoria da qualidade da educação.

Nesse ínterim, a Base materializa a racionalidade dominante na sociedade contemporânea e responde à lógica de mercado, assinalada pela competitividade, responsabilidade, bem como pela formação de sujeitos competentes subjugados às razões do mundo do trabalho, do consumo e da produtividade (SILVA, 2012).

Por essa razão, o empreendimento, nesse texto, é trazer as nuances que caracterizam a base como ferramenta performática de produção de professores/as. Desse modo é preciso entender: de que forma a política da Base Nacional Comum Curricular age na produção de professores/as, bem como na orientação de suas práticas? O argumento baseia-se na suposição de que a BNCC é um documento performático, uma política de governança que tenta conduzir as subjetividades dos/as professores/as em formação.

Para isso, como possibilidade metodológica, opero a partir da dimensão Pós- estrutural das epistemologias de Ball (2014) para compreender a noção de performatividade, e Foucault (2011), no intuito de articular o entendimento de governamentalidade. Os dados que sustentam as discussões foram produzidos mediante as narrativas de estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia de uma instituição privada de Ensino Superior.

As análises revelaram que a Base é uma via utilizada por redes políticas de governança – instigadas pelos princípios da racionalidade neoliberal – com objetivos óbvios de preparar trabalhadores competentes para atuarem no mercado. No contexto desse estudo, ela atua produzindo professores/as competentes, orientando suas práticas, seus modos ser e de estar no mundo do trabalho, os conhecimentos a serem tomados como legítimos e verdadeiros, a assumir que precisam ser efetivos, melhores e responsáveis para que, assim, possam colaborar com a pretenciosa qualidade da educação.

Na primeira seção do escrito, o esforço é apresentar os caminhos que levaram à construção de uma base, desde os movimentos reformistas iniciados na década de 1990, até a materialização do texto legal. Na segunda parte, articula-se o debate em torno da possibilidade performática da Base, e de como ela segue produzindo professores/as e orientando suas práticas.

### **BNCC: a mobilidade de uma política**

As políticas de currículo são, também, temáticas de grande importância quando se trata da formação de professores. Isso remete para o fato de que elas se tornaram centrais para a prática pedagógica. Não ao acaso que pesquisas em torno das políticas curriculares se alargaram desde a década de 1990, momento em que as políticas de educação, na América Latina, são impactadas por movimentos reformistas embalados por concepções de currículo universal, ideias neoliberais importadas, principalmente, dos Estados Unidos e Inglaterra.

Nesse itinerário, o entendimento de currículo passou a ser aquele em que o conhecimento deveria ser elaborado para determinado fim, ou seja, o conhecimento é aquele que permite fazer algo. Um conhecimento essencializado e comum a todos. Por essa razão, o campo de estudo das políticas de currículo vem ganhando novos contornos sobre a plataforma das reflexões de

natureza metodológica e epistemológica, bem como das análises das políticas e das práticas curriculares (SILVA, 2012).

Em vista disso, a proposta desse texto é tomar a política da BNCC como campo empírico de estudo e análise no que se refere à produção de professores/as e orientação de suas práticas. Assim, é preciso considerar o percurso dessa política e as tensões que a envolveram.

A Base Nacional Comum Curricular é uma política pensada desde a Constituição Federal de 1988, quando em seu Artigo 210 já preconizara a fixação de conteúdos mínimos e a garantia de formação básica comum (BRASIL, 1988). Essa ideia de comum, portanto, vem sendo reforçada por outros textos legais, a exemplo da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB que, em seu Capítulo II, cujo trata da Educação Básica, apresenta dois artigos com esse teor: Artigo 22, “é finalidade da educação básica desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho [...]” (BRASIL, 2015, p. 17), e o Artigo 26 que menciona a necessidade de os currículos da Educação Básica possuírem “base nacional comum” (BRASIL, 2015, p. 19).

De igual modo, esse discurso também ganhou fôlego nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - DCN. São essas diretrizes que definem “a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p. 4).

Assim, em julho de 2010 o Conselho Nacional de Educação - CNE estabeleceu as DCN para sistematizar os princípios e as diretrizes da educação básica. Este é “um documento detalhado que legisla sobre diferentes aspectos da escolarização” (MACEDO, 2014, p. 1535) com vistas à formação básica comum. Nesse sentido, ele reforça em seu Art. 14 do Capítulo II a base nacional comum na educação básica, concebendo-a como um conjunto de “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho [...]” (BRASIL, 2013, p. 67).

Outro documento oficial que ratifica a suposta necessidade de uma base nacional comum é o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024). A meta 2 do PNE se refere à universalização do Ensino Fundamental; e uma de suas estratégias aborda a combinação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios – pacto federativo – para a “implementação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental” (BRASIL, 2014, [on-line]). Essa pretensão também se encontra na meta 3, estratégia 3.3, considerando, agora, a universalização do Ensino Médio e uma base nacional comum para essa etapa de ensino.

De fato, o PNE se tornou parâmetro para a elaboração da Base, primeiro para o Ensino Fundamental, cuja foi homologada em 20 de dezembro de 2017. E em 22 de dezembro do mesmo ano, o CNE apresenta a Resolução CNE/CP nº2, de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Em seguida, em 14 de dezembro de 2018, é homologado o texto da Base para a etapa do Ensino Médio. “Agora o Brasil tem uma Base com as aprendizagens previstas para toda a Educação Básica” (BRASIL, s/d).

A partir da homologação da BNCC, empreende-se, portanto, o processo de formação e capacitação dos professores, bem como a adequação dos currículos dos sistemas de educação público e privado. Pode-se dizer que a demanda por uma base desde a Constituição de 1988 tornou-se concreta, e a proposta da definição de uma Base Nacional Comum converteu-se em uma política curricular que, doravante, passa a ser referência para outras políticas educacionais, bem como para a construção e (re)formulação dos currículos, para os cursos de formação de professores, e para o sistema de avaliação das escolas e do ensino.

Segundo Marchelli (2017), a BNCC anuncia uma promessa de transformações na formação inicial dos professores nos cursos de licenciatura, cursos de formação e complementação pedagógica para graduados/as, cursos de formação continuada e cursos de

segunda licenciatura. Tal promessa vai além das supostas transformações dos mecanismos de formação docente. Ela reivindica a melhoria da qualidade da educação, fazendo-nos supor que a educação pública é incapaz de promovê-la.

A proposta da BNCC, nesse sentido, é garantir a qualidade prometida por meio de conhecimentos fixos, essencializados e universalizados que, no imaginário neoliberal, asseguram uma suposta qualidade educacional, bem como a pretenciosa igualdade e justiça social. Em vista disso, o significante qualidade passa a ser adjetivado como social pela política da Base. A melhoria da qualidade da educação, portanto, só seria possível através de um currículo comum, monolítico, como se todas as esferas e condições humanas fossem passíveis de se adequarem a um consenso e se fazer representar por um currículo *top/down*, ou seja, um currículo produzido de cima para baixo.

Isso denuncia a tentativa de imposição de uma política que foi pensada e produzida em outros lugares que não na dimensão local, na escola. A política da Base, por essa razão, serve a alguém? Foram muitas as tensões que permearam o processo de elaboração e aprovação da BNCC. Agentes públicos e privados se articularam para construir um determinado projeto educacional, obviamente um projeto de nação, por meio do esforço de se fazer hegemonizar certo sentido de currículo. Um currículo que parece estar alinhado à cultura branca, masculina, heteronormativa, econômica e conservadora.

Nesse quadro de disputas por significação nas políticas curriculares, foi marcante o papel do movimento conservador autointitulado Escola Sem Partido - ESP, cujo discurso propunha o enfrentamento às demandas de grupos minoritários, quais sejam: “o combate à violência, ao preconceito e à discriminação, o respeito à diversidade sexual, a criminalização da homofobia e a despatologização do segmento transexual” (AMARO, 2017, p. 141). Tais demandas – consideradas de esquerda – foram traduzidas por políticos reacionários e religiosos alinhados ao discurso do ESP como a tentativa de implantar nas escolas a suposta ideologia de gênero.

Nesse decurso, o discurso conservador funde-se ao neoliberal. Esse instante, dificilmente pode ser localizado nitidamente no tempo, mas o que resultou dele foi a redução da BNCC a um conjunto de conteúdos a ser ensinado, deslocando, “potencialmente, o jogo político na direção do fortalecimento das demandas neoliberais por *accountability*” (MACEDO, 2017, p. 515). Isso desvela que o que está “sendo dito na base possui uma importância maior, pois marca a concepção de educação do documento e a difusão de um projeto de desenvolvimento econômico e social para o país” (SOARES; SANTOS; PEREIRA, 2019, p. 91).

Essa conjuntura, incontestavelmente, assinala o movimento do empreendedorismo de políticas e os processos de transferências de políticas, de convergência de políticas. Sobre isso, Ball (2014) ressalta que consultores e empresas educacionais têm se mobilizado para fornecer suposto desenvolvimento, melhoria da qualidade da educação e políticas de ajuda – por um lucro potencial – mediante a criação de infraestruturas locais, agregando “discursos de políticas ocidentais predominantes, diretamente ou como ‘alastadores’ nos sistemas de políticas locais, trabalhando com vários ‘parceiros’” (BALL, 2014, p. 38).

Trata-se de uma rede política que se ocupa para mudar o comportamento de governos nacionais através dos valores partilhados, de normas, ideias, discursos, no intuito de modificar a percepção do público acerca de problemas sociais (BALL, 2014). Não se pode negar que, no processo de elaboração e aprovação da BNCC, essa rede foi bastante atuante. O ponto aqui é ilustrar as influências e as conexões discursivas das redes ligadas à política da BNCC.

---

<sup>1</sup> O termo *accountability*, baseado na concepção clássica do adjetivo neoliberal, diz respeito à avaliação, prestação de contas e responsabilização. É um modo gerencialista, hierárquico e burocrático que enfatiza imputações negativas e estigmatizantes, consolidando modos antidemocráticos de responsabilização de organizações, instituições e sujeitos (MACEDO, 2017).

Para além dos organismos multilaterais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE que há tempos vem incitando, sob a bandeira da qualidade educacional, reformas educacionais em países periféricos – a partir de experiências de países como Estados Unidos e Inglaterra, nações em que a sede de muitas empresas educacionais se encontra –, é importante citar a atuação de fundações, institutos, empresas, ONGs, etc., na produção da Base.

São estruturas organizacionais e fluxos intelectuais que impactaram a política da BNCC: a organização da sociedade civil Todos pela Educação; Movimento Pela Base, cujo é apoiado pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação - Consed e pela União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime; Itaú Social; Instituto Unibanco; Instituto Natura; Instituto Ayrton Sena; Fundação Roberto Marinho; Fundação Lemann, esta possui parceria com várias instituições estrangeiras como a University of Oxford, a associação empresarial Brazilian-American Chamber of Commerce, a organização de políticas públicas The Bookings Institute, Columbia University, etc. Todas essas entidades estão interconectadas em rede, e elas configuram “canais locais em uma rede internacional de relações para a difusão de conhecimento e informação - neoliberalismo ‘tamanho único’” (BALL, 2014, p. 62).

Essa rede é uma estrutura comunicativa que influenciou, e ainda o faz, as políticas educacionais, sobretudo a política da Base, e vem impactando o comportamento através da troca de normas, valores, ideias, discursos, e estão atuando para transformar a compreensão do público sobre problemas sociais no Brasil, incluindo a educação (BALL, 2014).

Com isso, a política da BNCC é mais uma manifestação da reformulação global das bases econômicas. Há um alinhamento entre educação e desenvolvimento econômico e entre educação e desigualdade social. Portanto, a reestruturação ocorre também, assim como relata Ball (2014), com as bases sociais, morais e políticas do provisionamento do serviço público e da potencialização de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social.

Na prática, a Base é produto do discurso economicizado das redes políticas que sustentam a necessidade do setor público, diante de suas supostas limitações e fracassos, aprender as lições, os métodos e valores do setor privado, e, a partir disso, reforma-se com base nas disciplinas do mercado. Isso significa a produção de novos significados, valores e sensibilidades, bem como outros modos de relações sociais nas práticas do setor público. “O setor privado é o modelo a ser emulado, e o setor público deve ser ‘empreendido’ à sua imagem” (BALL, 2014, p. 65).

Sem dúvidas estamos diante de uma operação que intenta converter a educação pública em mercadoria, discentes e docentes em capital humano, empresários de si. Há todo um conjunto de tecnologias morais que atuam no interior e através de instituições públicas e de trabalhadores, com objetivos óbvios de governança, “de submeter todos os aspectos da existência humana a cálculos de investimento sobre seu valor futuro” (BROWN, 2019, p. 200).

A política da Base, nesse sentido é uma política performática, uma ferramenta de governamentalidade neoliberal, de condução de condutas, do “exercício de si, e a transformação de si” (FOUCAULT, 1997, p. 13). Ela exige que se diga: “eis aquilo que eu sou, eu que obedeço; eis o que eu sou, eis o que eu quero, eis o que eu faço” (FOUCAULT, 2011, p. 76). Assim, ela segue construindo significações e funcionando poderosamente na produção de subjetividades autogerenciadas e autorresponsáveis.

### **Dóceis, responsáveis e empreendedores de si: a Base e a produção de professores/as**

Considerando as afirmações anteriormente explicitadas, é possível pensar a política da Base como ferramenta reivindicada por uma rede de governança, cuja tenta (en)formar indivíduos aos moldes do mercado. A BNCC, nessa lógica, torna-se instrumento, para efeito desse estudo, de produção de professores/as via estabelecimento de normas, valores e sentidos. Ela segue

fabricando significações sobre a formação docente. Dito isso, há que se questionar: de que forma a política da Base Nacional Comum Curricular age na produção de professores, bem como na orientação de suas práticas? Para seguir com a discussão, argumento que a Base é uma política de governança, um instrumento performático que possui efeitos limiares no intuito de “reorientar as atividades pedagógicas e acadêmicas para com aqueles que são susceptíveis a ter um impacto positivo nos resultados de desempenho mensuráveis para o grupo, para a instituição, [...] para a nação” (BALL, 2014, p. 67).

Sendo assim, no intuito de viabilizar metodologicamente o debate sobre o questionamento, opero a partir da matriz Pós-estrutural da epistemologia de Ball (2014) para mobilizar a noção de performatividade, bem como o entendimento de governamentalidade em Foucault (2011). Parto das narrativas de estudantes do curso de Pedagogia de uma instituição privada de Ensino Superior para dinamizar o argumento apresentado, bem como tentar delinear os possíveis efeitos da política da Base sobre a formação docente.

A respeito da formação de professores, Cunha (2017) ressalta que este é um campo de estudo que ganhou muito foco nos últimos anos. É uma das justificativas para esse movimento pauta-se no fato da ampliação da oferta de Ensino Superior, “do discurso que vincula a importância dos professores ao projeto de melhoria do país e da qualidade da educação, do considerável aumento do número de docentes” (CUNHA, 2017, p. 269).

Efetivamente, os últimos dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep sobre o Censo da Educação Superior para o ano de 2019 revelam um alargamento do número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura. Se em 2009, as matrículas somavam 1.191.763, em 2019 elas já perfaziam o montante de 1.687.367. Dentre os cursos de licenciatura, o maior número de matrícula, 815 mil, é no curso de Pedagogia, o que corresponde a 48,3% do total de matrículas (BRASIL, 2020).

Quanto à distribuição de estudantes matriculados em cursos de licenciatura no Brasil, no que se refere à categoria institucional, 64% frequenta instituições privadas, e 36%, instituições públicas. O perfil típico do estudante de licenciatura é do sexo feminino – 72,2% – e cursa uma universidade privada. Na rede particular, prevalece os cursos à distância, com 73,5% dos matriculados (BRASIL, 2020). Esse retrato, similarmente, representa o perfil das unidades de investigação que compõem esse estudo.

Essa expansão do ensino privado parece prover, assim como ressalta Ball (2014), vias imediatas e relativamente de menor custo para melhorar a qualificação da força de trabalho local em benefício das supostas exigências da economia global do conhecimento. Trata-se de um modelo bastante distinto de economia do conhecimento com objetivos de corresponder ao “aumento da demanda local para o acesso ao Ensino Superior, especialmente aqueles que oferecem formas de certificação com moeda internacional e, portanto, entrada potencial no mercado de trabalho global” (BALL, 2014, p. 206).

Essa tendência converge com a política da Base, uma vez que ela é resultado de uma rede política de governança estimulada por grandes conglomerados financeiros da *edu-business* – empresas educacionais. A Base é a resposta às pressões políticas e econômicas globais que, cada vez mais, demandam por mão-de-obra qualificada em tempo hábil e com baixo custo. Isso remete à urgência do mercado por trabalhadores competentes e autorresponsáveis. Desse modo ela integra a política nacional da Educação Básica e coopera para o ajuste de outras políticas e ações inerentes à avaliação, à produção de conteúdos educacionais, aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada ao desenvolvimento educacional, e à formação de professores (BRASIL, 2018).

Enquanto documento normativo que define as aprendizagens essenciais, a Base, supostamente, torna-se mecanismo balizador da qualidade da educação por meio da construção de competências via conhecimento universal; da estilização de sentidos de que ser competente é o caminho para o sucesso, para a justiça social e mitigação das desigualdades. Isso significa que, ser

competente é processar conhecimentos legitimados em outras esferas de lutas políticas, conceitos, procedimentos e habilidades fundamentais para a formação do trabalhador idealizado pelo mercado, indivíduo, com atitudes e valores, capaz de “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Ao que parece, a intenção é produzir indivíduos autogeridos, desejosos da competência que julgam ser necessária para o momento mesmo de prestação de conta sobre aquilo que lhes é cobrado. Pode-se dizer, portanto, “que esses atores se orientam também por aquilo que lhes é cobrado na proposta da política pública” (TURA; MARINHO, 2017, p. 116). Ou seja, a Base cobra a competência que, não obstante, parece orientar o processo de produção de professores/as e, de modo igual, suas práticas.

Não ao acaso que, quando solicitados/as para que tecessem considerações sobre o sentido/significado e contribuições da BNCC para a formação profissional, alguns pesquisados/as relataram que “ter a BNCC como base estrutural para exercer melhorias dentro da sala de aula [os tornam] educadores mais competentes” (E.1)<sup>2</sup>. Por certo, as unidades de investigação concebem a Base “como documento necessário para os educadores, com foco no desenvolvimento das competências [...], fazendo do professor um ser competente, sabendo fazer o que é necessário” (E. 2).

É importante perceber que competência, nesse contexto, é concebida como a corroboração de que um conhecimento para se fazer algo precisa ser adquirido como condição para futura prestação de conta. Competência, portanto é exigência da Base que define, de algum modo, a mensuração como forma de certificação. De outra forma, isso revela a “produção da incompetência que instala no professor o medo do fracasso para o qual a cultura da avaliação se apresenta como porto seguro” (MACEDO, 2014, p.1551).

Essa é a política de responsabilização – *accountability* – da Base, e nela os indivíduos são vistos como medidas de produtividade ou resultado, “como formas de apresentação da qualidade ou momentos de promoção ou inspeção” (TURA; MARINHO, 2017, p. 115). Eles são, portanto, controlados e conduzidos pelo que orienta o mercado. Nisso, responsabilização e performatividade agem juntas nesse processo de regulação.

A performatividade, por essa razão, atua incitando os docentes em formação a serem competentes, produtivos, dóceis, a serem mais efetivos, a trabalharem em relação a si mesmos, a melhorarem a si, bem como culpa-los, ou fazendo-os se sentirem culpados, ou fracassados se assim não sucederem. A performatividade é uma tecnologia que trabalha mais fortemente “quando está dentro de nossas cabeças e de nossas almas. [...] quando nós a aplicamos em nós mesmos, quando assumimos a responsabilidade de trabalhar duro, mais rápido e melhor, assim ‘melhoramos’ nossa ‘produção’ como parte de nossa autovalorização” (BALL, 2014, p. 66).

A performatividade é um mecanismo chave da gestão neoliberal. O enunciado performativo revela a política como aquela que fala, e ao falar, supostamente deixa transparecer o estatuto que lhe permite, ao pronunciar seu enunciado, materializar o que é enunciado; “ele tem de ser presidente para abrir efetivamente a sessão, ele tem de ter sofrido uma ofensa para dizer ‘eu te perdoo’ e para que o ‘eu te perdoo’ seja um enunciado performativo” (FOUCAULT, 2010, p. 63).

Nessa direção, a política da BNCC, performativamente, estabelece um jogo pré-determinado, no qual a sua posição e a situação na qual se encontra definem precisamente o que pode e o que deve ser dito. Ela pretende, por isso, a unificação e reorganização das coisas no intuito de monitorar, governar, ressignificar, construir e alinhar os incontrolláveis processos de subjetivação (BALL, 2004).

A Base é performativa, e é, por excelência, mecanismo de governamentalidade – neoliberal –, cuja está conduzindo o pensamento e o comportamento desses docentes em

---

<sup>2</sup>Utilizou-se a letra “E” para indicar a categoria “estudante”, seguida do numeral arábico para relacionar a ordem das falas. As entrevistas foram realizadas em 2021.

formação, bem como orientando suas subjetividades, seus comportamentos, e suas práticas. Esse pensamento é ratificado pelas próprias narrativas dos/as estudantes do curso de Pedagogia: “[...] o documento da BNCC atua como um pilar fundamental para estruturar os mecanismos e ferramentas da prática de ensino, nos tornando confiantes e nos dando alicerce para que possamos atuar de forma concreta e bem sucedida” (E. 3).

Outras falas revelam que a BNCC “é um norteador no dia-a-dia em sala de aula” (E. 4), e que ela “permite organizar nossa prática pedagógica” (E. 5). Desse modo ela “deverá ser seguida rigorosamente” (E. 2). Há nas falas dos/as entrevistados/as o sentido incontestável de que a Base é um guia para as suas práticas. Suas vozes parecem revelar que, sob a hipótese da inexistência desse documento normativo ou um possível afastamento de suas orientações, o trabalho pedagógico ficaria a mercê da vontade do/a professor/a, o que, supostamente, comprometeria a qualidade da educação e suscitaria um desnivelamento do ensino. A fala a seguir ilustra justamente essa ideia: “muitos professores lecionavam o que bem entendiam e havia uma diferença grande de aprendizado” (E. 6).

Com isso, percebe-se um posicionamento cativo desses/as estudantes à política da Base. Ela os/as orientará, dirá como eles e elas deverão ser como professores/as, como conduzir suas condutas, seus comportamentos e suas práticas. A Base parece ser o texto sagrado que oferece contribuições para uma caminhada em comum, para torna-los/as competentes, profissionais competentes, portanto, ela deverá ser seguida rigorosamente. A BNCC, nesse sentido, age regulando e articulando maneiras de governar os indivíduos por meio de regimes de verdade – mobilizados pelas redes políticas de governança –, os quais anunciam a Base como salva vidas da educação, como instrumento que surgiu “para ajudar e melhorar a qualidade do ensino” (E. 4).

Trata-se da reverberação de “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, n.p). É a verdade nascendo diante dos nossos próprios olhos, e “pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle” (FOUCAULT, 1999, p. 66) os quais são operados para governar e produzir subjetividades elaboradas e conduzidas por meio de técnicas racionalizadas. Esse controle, no entanto é o que se pode chamar de governamentalidade, de uma “tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 29).

A governamentalidade, em vista disso, se caracteriza pela intersecção de dispositivos de dominação empreendidos sobre os outros e sobre as tecnologias de si (FOUCAULT, 2011), e intenta produzir uma racionalidade do governado, cuja não é produto de eventualidades, mas produto de motivações e provocações pela e para a obediência a partir de um regime de verdade em circulação constante.

No contexto desse estudo, a governamentalidade é concebida como uma racionalidade que atua nos bastidores das articulações políticas sobre as políticas públicas de educação, e trabalha para que estas funcionem como ferramentas estratégicas da governamentalidade neoliberal, cuja “opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis da sua transformação em empreendedores; [...] e da implantação local de normas de conduta.” (BROWN, 2018, p. 17). “É o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 310).

Em outras palavras, as políticas públicas de educação, a exemplo da Base e demais políticas curriculares que dela possam emergir, “são configuradas como práticas de investimento em si mesmo, sendo o ‘si mesmo’ uma empresa individual” (BROWN, 2018, p. 6). A produção discursiva da Base, portanto, é efeito das relações mercantilizadas em nível global, e objetiva converter todas as pessoas em capital humano, neoliberalizando-as, tornando-as empreendimentos e responsáveis, oferecendo a elas a oportunidade de terem sucesso.

Isso é evidente quando se põe à mesa as cartas das articulações construídas nos bastidores da Base. Cartas que revelam as ligações entre fundações pró-mercado, empreendedores de políticas, empresas de capital privado, organizações críticas à educação pública, *think tanks*,



consultores educacionais autônomos, governos, Banco Mundial, ONGs, etc. “É evidente em ligações entre o financiamento de conferências educacionais, a publicação de pesquisa pró-mercado e *edu-businesses*” (BALL, 2014, p. 226).

Todo esse emaranhando constitui uma nova forma de governança que trabalha para produzir supostos problemas e fracassos sobre a educação pública, e a partir disso apresentar soluções em forma de políticas educacionais e curriculares, as quais são introduzidas, performaticamente, na sociedade, sob a insígnia de que era isso que faltava para que a educação pudesse avançar. Assim, o processo de ensino e aprendizagem é transformado em produto calculável (BALL, 2014), e, de igual modo, conduzido pela verdade materializada na forma de lei.

Sob essa lógica, a BNCC é uma das vias que o mercado e o capital privado precisavam para a produção de seus trabalhadores, sujeitos eficientes, reformados, transformados em diferentes tipos de trabalhadores da educação. A Base parece ser, como já dito, o caminho que “nos norteará nas problemáticas encontradas no processo de ensino/aprendizagem, na nossa formação, e para melhorarmos continuamente” (E. 1). “Ela trará as boas práticas dentro e fora de sala” (E. 5), e “conduzirá as ações previstas no trabalho do profissional de Pedagogia” (E. 6).

Esse desejo de ser eficiente, de ter “boas práticas”, de se tornar melhor é o ideário refletido pela política da Base na subjetividade desses/as professores/as em formação. O indivíduo precisa ser melhor e querer ser melhor, ser competente, ser responsável, etc., para assim responder à verdade produzida pelas redes políticas que demandaram por uma base, uma verdade que grita pela melhoria da qualidade da educação.

Esse discurso reiterado faz com que os indivíduos compreendam a educação como precária, bem como a necessidade de melhorar sua qualidade. No pensamento dos/as estudantes, “as mudanças e os fundamentos da BNCC são de fundamental importância para a qualidade do ensino, tanto da rede privada como pública” (E. 2). Portanto, ela surge, no entendimento deles/as, como instrumento balizador dessa qualidade, como algo a “fundamentar a qualidade das aprendizagens” (E. 1), e é a isso que eles/as se apegam “para seguir um caminho de qualidade na implementação da Base (E. 4).

Nesse complexo processo, a cultura da performatividade atua com a pretensão de alcançar a eficiência a partir de resultados de desempenho educacional que tem, “entre suas metas, o alcance da tão desejada qualidade de educação” (DIAS; FARIAS; SOUZA, 2017, p. 253).

Para Macedo (2009), o significado de qualidade da educação é que estrutura os discursos pedagógicos no intuito de justificar a indispensabilidade de reformas curriculares. A qualidade, portanto, parece ser o que se espera de um conjunto de conhecimentos essencializados, tidos como legítimos, verdadeiros. Sob esse ponto de vista, a Base torna se (re)produtor de conhecimento que, conectado à ciência e à tecnologia, opera (en)formando os sujeitos, transformando-os em capital humano – *homo economicus* – via capital cultural compartilhado, para assim atuarem no mundo econômico.

A Base Nacional Comum Curricular, em vista disso, segue produzindo professores empreendedores em busca constante pela competência e qualidade. Ela atua fabricando significações e dizendo como os/as docentes devem fazer a educação nas salas de aula, quais conhecimentos devem ser ensinados, que materiais devem ser utilizados. Enfim, a Base age performaticamente como instrumento de governança, cujo propósito é posicionar os indivíduos, organizando-os em seus trabalhos, orientando suas práticas, bem como operando “dentro de um arcabouço de julgamento no qual a definição de ‘aperfeiçoamento’ e de eficácia é determinada por nós e ‘indicada’ por medidas de qualidade e produtividade” (BALL, 2014, p. 66).

## Considerações

Refletindo os diversos delineamentos produzidos pelas redes políticas de governança, desde as reformas educacionais na década de 1990, fica evidente que grupos distintos tentam hegemonizar sentidos para as políticas educacionais. São agentes sociais disputando e demandando por políticas que estejam alinhadas a interesses diversos, principalmente econômicos e mercadológicos.

Nesse sentido, a política da BNCC, enquanto texto significativamente influenciado por grandes corporações e organismos multilaterais, emerge como mecanismo, supostamente indispensável, para a melhoria da qualidade da educação e para a preparação de trabalhadores competentes, qualificados para atuarem no mundo de trabalho.

Daí o pensamento de que a Base cumpre a função de responsabilização. Ou seja, o documento está posto, e deve ser seguido como normativa orientadora. Quem a ela é inexoravelmente leal, terá êxito, quem dela se afasta, está fadado ao fracasso. Esse é o movimento empreendido pela política da performatividade – presente na BNCC – que, alinhada à responsabilização, trabalha na mente dos/as professores/as, colaboradores/as desse estudo, a ideia de que para ser competente precisam se deixar guiar por ela.

Desse modo, a Base é instrumento de governança, de condução de condutas. Ela é ferramenta indispensável para a mobilidade da racionalidade neoliberal, cuja pretende tratar a todos como empreendedores de si, como capital humano; o fracasso ou o sucesso depende da autogestão de si. Isto posto, a BNCC segue produzindo professores/as e orientando suas práticas, bem como direcionando modos de ser, de estar, de se comportar, etc., através de consultorias, materiais didáticos, conteúdos, avaliações e desempenhos.

Como salientam Almeida e Cunha (2017), a Base aspira ser a marca da competência, da qualidade e da responsabilidade previamente assumida por aqueles que “autorizam a espera da educação de (boa) qualidade a ser promovida pela escola eficiente, com professores ‘qualificados’, [...] sem erros, interferências de suas paixões ou dúvidas e incertezas” (ALMEIDA; CUNHA, 2017, p. 163). Portanto, “deixemo-nos guiar por esse documento” (E. 3).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. dos S; CUNHA, É. V. R. da. Campos de experiências na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): evocando o conhecimento a ser ofertado na educação infantil. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. de (Org.). *Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas*. – Curitiba: CRV, 2017.

AMARO, I. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 24, n. 1, 5 maio 2017.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o Pós-estado do bem-estar. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004.

BALL, S. J. *Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília - DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular* / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. *Censo da Educação Superior 2019*. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Histórico. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BROWN, W. *Cidadania Sacrificial*: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Dinamarca: Zazie Eduções, 2018.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CUNHA, K. S. Docente: identidade mítica. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. de (Org.). *Políticas de Currículo*: pesquisas e articulações discursivas. – Curitiba: CRV, 2017.

DIAS, R. E; FARIAS, L. M. C. B. de; SOUZA, C. G. de. Tentativas de controle curricular na formação e no trabalho docente. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. de (Org.). *Políticas de Currículo*: pesquisas e articulações discursivas. – Curitiba: CRV, 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: curso no Collège de France: 1978 - 1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*: curso no Collège de France (1982-1983) - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*: curso no Collège de France: 1979 – 1980: excertos. 2ª Edição Ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MACEDO, E. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos pcn. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 87-109, jan./abr., 2009.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530 - 1555 out./dez., 2014.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. *Educ. Soc.* Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr./jun., 2017.

MARCHELLI, P. S. Políticas de currículo, formação docente e as propostas da base nacional comum curricular (BNCC). In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. de (Org.). *Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas*. – Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, M. R. da. *Perspectivas curriculares contemporâneas*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SOARES, Z. M. P; SANTOS, N. R. L. dos; PEREIRA, S. Documentos curriculares: gênero e sexualidade em discussão. In: LIBÂNEO, J. C. et al. (Org.). *Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate*. 1ed. Goiânia: Gráfica UFG, 2019, v. 1, p. 83-92.

TURA, M. de L. R; MARINHO, Z. Observação do programa mais educação em uma escola de comunidade rural. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. de (Org.). *Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas*. – Curitiba: CRV, 2017.

*Submetido em mês de 20XX*

*Aprovado em mês de 20XX*

#### **Informações do(a)s autor(a)(es)**

João Paulo Lopes dos Santos

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ProPed/UERJ

*E-mail:* [jpaulouerj@gmail.com](mailto:jpaulouerj@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5582-8097>

*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0102163472677952>